



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu



ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

Versão 2.0 - SMAD/DILC - Atualizada em 17 jan.2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Foz do Iguaçu/PR.

1.2. Definição do objeto: Aquisição imediata, por meio de Dispensa de Licitação em caráter emergencial, art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, de fórmulas nutricionais para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Foz do Iguaçu, conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência para um período de 3 (três) meses.

Item	Código OXY	CATMAT	Descritivo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	504542	453662	Fórmula infantil de partida, em pó, para lactentes de 0 a 6 meses, com fonte proteica do leite e/ou derivados do leite, acrescida de óleos vegetais e maltodextrina, enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos, contendo prebióticos. Apresentação: embalagem tipo lata, hermeticamente fechada, com peso mínimo de 400 g. Produto com registro válido na ANVISA.	Gramas	204.000	R\$ 0,0525	R\$ 10.710,00
2	504546	435949	Fórmula infantil com proteína extensamente hidrolisada, hipoalergênica, para lactentes, de seguimento e crianças de primeira infância, dieta (leite) semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de lactea sem lactose. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Embalagem a partir de 400g.	Gramas	156.000	R\$ 0,3396	R\$ 52.977,60
TOTAL						R\$ 63.687,60	

Tabela 1 - DESCRITIVOS E VALORES UNITÁRIOS.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 31, §1º do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Considerando que se trata de uma dispensa de licitação devido ao valor e por motivos de conveniência e oportunidade, esta Secretaria opta pela substituição do contrato formal por uma nota de empenho. No entanto, em casos de inadimplência, serão aplicadas todas as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

1 / 25



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de suas diretorias, é responsável pela execução, coordenação e monitoramento das políticas públicas de saúde no âmbito municipal, incluindo programas estratégicos voltados à atenção integral de grupos populacionais com necessidades específicas. Nesse contexto, destacam-se o Programa de IST/AIDS, vinculado à Diretoria de Vigilância em Saúde (DIVS), e o Programa Municipal de Atenção Nutricional a Indivíduos com Necessidades Nutricionais Especiais (PM-ANINNE), sob responsabilidade da Diretoria de Atenção Primária em Saúde (DIAT).

2.2. No âmbito do Programa de IST/AIDS, as fórmulas infantis configuram-se como insumos essenciais para assegurar a alimentação adequada, segura e nutricionalmente completa de lactentes que, por indicação clínica, não podem ser amamentados, incluindo situações relacionadas à prevenção da transmissão vertical do HIV e outras condições de saúde que contraindicam o aleitamento materno.

2.3. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio dos serviços de Atenção Primária à Saúde e dos serviços especializados em IST/HIV/AIDS, tem a atribuição de garantir o acesso contínuo a esses insumos estratégicos, de modo a preservar a integralidade do cuidado e a segurança alimentar dos lactentes acompanhados pela rede municipal. Entretanto, no início de janeiro do ano corrente, a SMSA foi oficialmente comunicada pela 9ª Regional de Saúde, por meio do Ofício nº 490/2026 – SCVGE/DVVGS (em anexo), acerca do desabastecimento das fórmulas infantis da primeira infância no âmbito estadual, bem como da inexistência de previsão para a regularização do fornecimento aos municípios, situação que persiste até o momento. Tal cenário resultou em risco iminente de desassistência, com potencial prejuízo às ações regulares do Programa de IST/AIDS e ao acompanhamento de lactentes assistidos pela DIVS, especialmente considerando que parte significativa do consumo historicamente era suprida por repasses oriundos do Ministério da Saúde, por intermédio da 9ª Regional de Saúde.

2.4. Paralelamente, no âmbito do PM-ANINNE, o programa atende indivíduos e crianças com necessidades nutricionais especiais, que possuem prescrição médica para o consumo de fórmulas específicas em diferentes composições, bem como pacientes assistidos por força de judicialização do direito à alimentação, cujas demandas apresentam caráter contínuo e obrigatório. A promoção da saúde, o atendimento às prescrições clínicas e o cumprimento das determinações judiciais são elementos indispensáveis para a garantia da qualidade de vida desses usuários.

2.5. Em setembro de 2025, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 068/2025, no qual foram incluídos, dentre outros, o item referente à fórmula infantil de partida destinada aos lactentes





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu



ESTADO DO PARANÁ

atendidos pelo Serviço de Atendimento Especializado (SAE/CTA) do Programa de IST/AIDS e o item correspondente à fórmula infantil com proteína extensamente hidrolisada, hipoalergênica, destinada aos usuários do PM-ANINNE. Todavia, em janeiro de 2026, verificou-se que o quantitativo licitado para o período de 12 meses mostrou-se insuficiente diante do expressivo aumento da demanda apresentado por ambos os programas, conforme evidenciado pelos relatórios de consumo e dados extraídos do Sistema RP Saúde de gestão de estoque da SMSA e Sistema Financeiro OXY Elotech.

Item	Descritivo	Diretoria / Programa	Consumo médio inicial em 2025 (janeiro a março/2025)	Quantitativo licitado no PE 0668/2025	Consumo médio final em 2025 (outubro a dezembro/2025)
1	Fórmula infantil de partida, em pó, para lactentes de 0 a 6 meses , com fonte proteica do leite e/ou derivados do leite, acrescida de óleos vegetais e maltodextrina, enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos, contendo prebióticos. Apresentação: embalagem tipo lata, hermeticamente fechada, com peso mínimo de 400 g. Produto com registro válido na ANVISA.	DIVS / Programa IST/AIDS	83 latas de 400 g por mês	200.000 g (≈ a 42 latas de 400g por mês)	167 latas de 400 g por mês
2	Fórmula infantil com proteína extensamente hidrolisada, hipoalergênica, para lactentes, de seguimento e crianças de primeira infância, dieta (leite) semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de lactea sem lactose. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Embalagem a partir de 400g.	DIAT / PM-ANINNE	57 latas de 400 g por mês	312.000 g (≈ a 65 latas de 400g por mês)	122 latas de 400 g por mês

2.6. Ressalta-se, ainda, que, no caso específico do Programa de IST/AIDS, o quantitativo originalmente licitado já correspondia a aproximadamente metade do consumo médio histórico, uma vez que parte do abastecimento era tradicionalmente garantida pelo fornecimento estadual, atualmente interrompido.

2.7. A combinação entre o aumento abrupto da demanda, a insuficiência do quantitativo contratado e a interrupção do fornecimento estadual configurou um cenário crítico de risco assistencial, tornando imprescindível a adoção imediata de medidas para recomposição dos estoques e garantia da continuidade do atendimento aos usuários, caracterizando, assim, a urgência da presente demanda de aquisição.





2.8. Diante desse contexto, a aquisição dos referidos insumos mostra-se necessária e imprescindível para garantir a continuidade dos serviços, a observância das diretrizes nacionais de saúde pública e a proteção da população usuária do SUS.

2.9. No presente caso, a contratação fundamenta-se no Art 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021, isto é, dispensa em razão da emergencialidade caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos estando, portanto, a contratação dentro do parâmetro fixado em lei.

2.10. Acerca da dispensa de licitação, preconiza Marçal Justen Filho (2010, p. 295):

"[...] existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais. O procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício dos fins buscados pelo Estado e não asseguraria a contratação mais vantajosa. Por isso, autoriza-se a Administração a adotar um procedimento em que formalidades são suprimidas ou substituídas por outras."

2.11. Destaca-se como principal vantagem da dispensa de licitação e que representa a condição mais vantajosa no presente no caso em concreto à notável redução dos custos operacionais associados ao processo de licitação direcionado a aquisição dos itens, em especial nos seus aspectos de recursos humanos, tempo e custos, a exemplo de publicações em Edital, jornais e mídia especializada e afins.

2.12. Por fim, considerando a urgência, e que o novo processo de registro de preços para aquisição de fórmulas nutricionais infantis já está em elaboração, porém não há mais em estoque tais insumos para atender as demandas dos serviços e a falta deste compromete e prejudica o atendimento podendo, esta Secretaria tem interesse público no afastamento excepcional da dispensa eletrônica pela urgência demonstrada e a contratação diretamente com o fornecedor que ofertou o menor preço da cotação.

2.13. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 91, inciso II, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, registra-se que os bens objeto da presente contratação, consistentes em fórmulas nutricionais, classificadas como bens comuns de consumo e encontram-se devidamente previstos no Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026, por se tratarem de itens padronizados e de aquisição recorrente no âmbito da Administração Municipal.

2.14. As fórmulas nutricionais estão expressamente previstas no PCA 2026 do Município, o qual foi regularmente publicado e encontra-se disponível para consulta pública tanto no Portal da Transparência Municipal quanto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://transparencia.foz.pr.gov.br/portaltransparencia/1/publicacoes/36/8248>





- <https://pncp.gov.br/app/pca/76206606000140/2026>

2.15. Todavia, em razão do aumento não previsto da demanda assistencial, constatou-se a insuficiência dos quantitativos inicialmente estimados para atendimento imediato das necessidades da rede municipal de saúde, especialmente no que se refere ao fornecimento contínuo aos usuários com necessidades nutricionais específicas.

2.16. Nesse contexto, a presente contratação não descaracteriza o alinhamento com o PCA 2026, uma vez que tem por finalidade suprir necessidade pontual e imediata, de forma temporária, enquanto se promove a tramitação regular do processo licitatório ordinário, na modalidade de registro de preços, já previsto no planejamento anual.

2.17. Cabe ressaltar que a necessidade atual e emergencial de aquisição decorre exclusivamente da urgência na recomposição dos estoques e da imprescindibilidade das fórmulas nutricionais para a continuidade da assistência à saúde, não se configurando como substituição do planejamento, mas como medida excepcional e transitória, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

2.18. Dessa forma, resta demonstrado que a presente contratação observa o planejamento anual das contratações do Município, encontrando respaldo no PCA 2026, ao mesmo tempo em que atende à necessidade imediata da Administração, preservando os princípios da continuidade do serviço público, do interesse público, da eficiência, da transparência e da boa governança

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A presente contratação visa à aquisição de fórmulas nutricionais infantis específicas, visando atender às demandas de programas da Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu (Programa de IST/AIDS da DIVS e Programa PM-ANINNE da DIAT).

3.2. A aquisição será realizada por meio de dispensa de licitação em caráter emergencial, art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.

3.3. As aquisições da SMSA, em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Portanto, a aquisição das fórmulas nutricionais deverá ser realizada respeitando estes preceitos.





3.4. No que se refere à manutenção e assistência técnica, por se tratar de um produto de consumo imediato e não possuir componentes tecnológicos ou mecânicos, não há necessidade de serviços de manutenção. Entretanto, a empresa fornecedora deverá garantir a substituição de eventuais lotes que apresentem defeitos de fabricação, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

3.5. Esta contratação considera diversos elementos para assegurar a eficácia e a eficiência da prestação do serviço:

3.5.1. Atendimento integral às demandas: A solução proposta atende integralmente às demandas da secretaria, garantindo o fornecimento contínuo das fórmulas infantis necessárias à manutenção de programas específicos desta secretaria de saúde.

3.5.2. Aspectos econômicos: A análise econômica revela que a presente solução é a mais viável para a administração. A aquisição proposta apresenta custo-benefício favorável e competitividade de preços, que reflete diretamente na otimização de recursos públicos.

3.6. Considerando o ciclo de vida do objeto, o processo inclui as seguintes etapas:

3.6.1. Objetivo e Necessidade: A aquisição de fórmulas nutricionais visa assegurar o adequado suprimento de atividades desenvolvidas pelo PM-ANINNE e Programa de IST/AIDS, garantindo condições seguras e eficazes para a realização de atendimentos.

3.6.2. Especificações do Material: Os itens a serem adquiridos deverão seguir especificações técnicas detalhadas que atendam às normas da ANVISA e demais legislações vigentes, de modo a garantir segurança, eficácia e durabilidade.

3.6.3. Execução e Distribuição: O processo de aquisição será realizado por meio de dispensa emergencial, garantindo competitividade e economicidade. Após a aquisição, os insumos serão distribuídos de forma planejada aos pacientes, conforme a demanda já estabelecida por prescrições médicas e nutricionais.

3.6.4. Uso e Manutenção: Por se tratar de produtos de uso contínuo, deverão ser observadas práticas adequadas de armazenamento, conservação e higienização, conforme protocolos técnicos e sanitários. Essas medidas visam prolongar a vida útil dos produtos, reduzir desperdícios e garantir a segurança dos pacientes e profissionais.

3.6.5. Sustentabilidade e Descarte: A aquisição observará critérios de responsabilidade ambiental, priorizando produtos que atendam às normas sanitárias e ambientais vigentes. O descarte dos materiais será realizado em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais regulamentações específicas, minimizando os impactos ambientais e promovendo práticas de sustentabilidade.





3.6.6. Impacto na Comunidade e Resultados Esperados: A adequada aquisição e disponibilização possibilitarão a continuidade dos atendimentos de saúde com ênfase nos atendimentos da Coordenação de Nutrição, a redução de riscos assistenciais e a melhoria na qualidade dos serviços prestados. Espera-se, assim, promover maior eficiência no atendimento da rede municipal de saúde e bem-estar da população.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta e as especificações e quantidades do objeto, contendo:

4.1.1. Fator embalagem dos materiais contratados, especificando a quantidade de unidades por embalagem;

4.1.2. Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;

4.1.3. Registro do produto na ANVISA, quando aplicável.

4.2. Os insumos a ser adquiridos devem ser disponibilizado de acordo com a legislação vigente, cumprindo as normas nacionais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais, conforme sua exigência dentro da sua categoria.

4.3. Destacam-se a observância das normas: RDC nº 243/2018 e a IN nº 28/2018, que tratam da regularização, composição, rotulagem e segurança dos suplementos alimentares; RDC nº 843/2024 e a IN 281/2024 regulamentam a regularização de alimentos, incluindo suplementos, e exigem a notificação dos produtos à ANVISA; RDC nº 470/2021 e a RDC nº 727/2022, bem como a IN nº 76/2022, que estabelecem regras específicas para sua fabricação, comercialização e rotulagem, com foco na segurança e adequação nutricional para lactentes e crianças de primeira infância.

4.4. A proposta deverá atender integralmente aos critérios de aceitação, especificações técnicas e quantidades do objeto, conforme estabelecido neste Termo de Referência e nos demais documentos que compõem o processo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Em caso de divergência entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, CATMAT/CATSER “SIASG” OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá sempre à descrição deste Termo de Referência.

4.6. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de ser prazo de validade vigente, para os produtos em que o prazo de validade for superior a 01 (um) ano, e de 90% (noventa por cento) para os produtos em que o prazo de validade total for igual ou inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto logo após a entrega dele sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Para validades diferentes dos





mencionados acima serão aceitas cartas de comprometimento de troca de validade em casos de exceção e se previamente consultado e autorizado pelo responsável técnico da instituição contratante.

4.7. O fornecedor deverá comprovar o atendimento aos critérios de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e técnica, além de garantir o cumprimento das condições de execução do objeto, como prazos, qualidade e conformidade com as especificações técnicas.

4.8. Os preços cotados deverão incluir todos os custos e despesas necessários à execução do objeto, tais como custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos fiscais/trabalhistas, embalagem, transporte, seguro, mão de obra, taxas de administração e margem de lucro, além do envio da documentação de habilitação e proposta.

4.9. A empresa contratada será responsável por monitorar as entregas até o destino final, garantindo que o transporte dos produtos seja realizado em conformidade com as exigências deste Termo de Referência e com as Boas Práticas, mesmo em caso de terceirização do serviço de transporte.

4.10. O texto e demais exigências legais previstas, rotulagem e bula, deverão estar em conformidade com a legislação sanitária e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90) e demais legislações pertinentes.

4.11. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

4.12. Não serão aceitos produtos fora de suas embalagens originais.

4.13. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, lote, modelo, procedência e prazo de validade;

4.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.15. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.16. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





- **Sustentabilidade**

4.18. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.18.1. Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;

4.18.2. Os materiais utilizados deve ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.19. Os itens a serem contratados deverão estar de acordo com as normas sanitárias e ambientais vigentes e seguirem o Decreto nº 7.746/12 bem como a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, em especial quanto ao descarte dos insumos utilizados na presente contratação.

4.20. É imperativo que a empresa contratada atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e esteja em conformidade com a política de sustentabilidade ambiental estabelecida.

4.21. Os possíveis impactos ambientais são monitorados e mitigados por meio do cumprimento de normas ambientais vigentes, garantindo a conformidade com práticas sustentáveis. A empresa contratada deve adotar medidas para minimizar seu impacto ambiental, como a gestão adequada de resíduos, a redução do consumo de recursos naturais e a conformidade com regulamentações específicas.

4.22. É essencial que a contratada esteja alinhada com as diretrizes ambientais, assegurando a responsabilidade ambiental ao longo de todo o ciclo de fornecimento, desde a produção até a entrega dos produtos. O monitoramento constante e a conformidade com padrões ambientais são fundamentais para garantir a sustentabilidade da operação e minimizar possíveis impactos adversos ao meio ambiente.

- **Da Logística Reversa**

4.23. Considerando a análise dos impactos ambientais e a legislação aplicável, a inclusão da logística reversa como obrigação da arrematante não é necessária para este processo específico, considerando que esta Secretaria realiza a separação dos resíduos através da coleta seletiva. No contexto deste edital, não há evidências que justifiquem a necessidade de imposição desta obrigação.

- **Subcontratação**

4.24. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

- **Garantia da contratação**



4.25. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

- 4.25.1. Trata-se de aquisição de bens de maneira pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor(es) que entregar(em) efetivamente e em conformidade com o solicitado.
- 4.25.2. Além disso, não há alta complexidade técnica relacionada ao objeto do contrato, o que reduz riscos operacionais e aumenta a previsibilidade da sua execução. Da mesma forma, os riscos financeiros associados à execução do contrato são considerados baixos, não justificando a exigência de garantia financeira por parte do CONTRATADO.

- **Garantia, manutenção e assistência técnica**

4.26. Não se aplica para o objeto que trata este termo de referência

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Local e condições de entrega: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e Almoxarifado de Insumos da Saúde – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR - Avenida Juscelino Kubitschek, nº. 3287 – Vila Paraguaia – Foz do Iguaçu/PR – CEP: 85864-000 - Telefone para contato: (45) 3308-2180 e (45) 3308-2008 - E-mail: almoxmedicamentos@gmail.com e almoxarifadosmsa.foz@gmail.com

5.2. Responsável(is) pelo recebimento : Adriano Reis da Silva, Andrea Maria Dantas e Layse Fernanda Antonio de Souza, Alessandra Ferreira e Gabriela Souza Carvalho Silva

5.3. Horário de entrega: As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 08:00h às 13:00h. Qualquer entrega fora desse horário poderá não ser recebida.

5.3.1. O recebimento se dará por funcionário da CAF ou do Almoxarifado de Insumos da SAÚDE apenas e não por funcionários de outros setores adjacentes.

5.3.2. A SMSA não se responsabilizará por entregas realizadas em outros setores sem comunicação prévia.

5.4. Não serão recebidos formulas nutricionais em desacordo com as especificações e quantidades requisitados no edital e ofertados durante a sessão de abertura do processo.

5.5. Os fornecedores deverão, no prazo máximo de 01 (um) dias úteis após o recebimento do empenho, informar a previsão de entrega do item.

5.6. O fornecedor terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do empenho, para concluir a entrega dos produtos no local estipulado, inclusive para solução de pendências (reposição de mercadoria faltante, avarias, extravios ou irregularidades durante o transporte/entrega).





5.7. A entrega dos quantitativos totais empenhados poderá ser feita de forma fracionada desde que seja contatado previamente ao envio, por contato eletrônico ou telefônico, e desde que seja respeitado o prazo de entrega de 10 (dez) dias úteis para entrega de pelo menos 30% (trinta por cento) do quantitativo total empenhado.

5.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência em relação ao prazo final de entrega para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.9. O bem ou prestação de serviço deverá ser executado em conformidade com a Nota de Empenho e os termos do edital/ e ou Termo de Referência.

5.10. As notas fiscais deverão ser contempladas em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU** sob **CNPJ: 76.206.606/0001-40** e deverão, conforme Recomendação Administrativa nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná ter o preenchimento adequado dos seguintes campos: Código GTIN; Grupo K; Campo grupo I80.

5.11. Todos os bens fornecidos ou serviços prestados serão conferidos no momento da entrega, e se a quantidade e/ou qualidade dos mesmos não corresponder às especificações exigidas, a remessa apresentada será devolvida para substituição ou adequações, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.12. É vedado o faturamento de quantitativos de empenhos distintos em um mesmo DANFE. A mesma restrição vale para soluções de pendências.

5.13. A liberação do DANFE para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

5.14. Eventuais reposições de mercadoria devem ser entregues acompanhadas de DANFE emitido com natureza de operação “bonificação”, “reposição”, “outras saídas” ou semelhante.

5.15. Em caso de necessidade de recolhimento, garantir que o mesmo seja acompanhado de documentação contendo todas as informações – produto a ser recolhido, quantitativo e fornecedor.

5.16. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

5.17. As caixas e volumes nos quais os itens vierem acondicionados deverão estar íntegras e limpas, caso contrário a mercadoria não será recebida.

5.18. Identificar adequadamente cada caixa com fração, se houver.

5.19. Por ocasião do desembarque, acondicionar as caixas com fração de forma organizada junto aos volumes do medicamento daquele DANFE, devidamente identificadas.





5.20. Os dados constantes na caixa de embarque no que se refere a lote, data de fabricação e validade, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno dela.

5.21. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para esta instituição, no prazo de 7 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

5.22. Em caso de extravio de volumes pela transportadora, o fornecedor deverá efetuar imediatamente a reposição dos volumes, cumprindo o prazo previsto para conclusão da entrega dos itens, conforme o item 5.6 deste Termo de Referência.

5.23. Em caso de avaria do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente recolhido e reposto por produto íntegro, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura de Foz do Iguaçu e cumprindo o prazo previsto no item 5.6 deste Termo de Referência.

5.24. A empresa deverá entregar o produto no descritivo cotado na proposta, devendo ela estar especificada no DANFE

5.24.1. Em caráter excepcional, poderá ser avaliada a possibilidade de troca de descritivo por outro que atenda às exigências do edital de licitação. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa da CAF antes que ocorra a entrega.

5.24.2. Caso seja aceita a substituição por embalagem com quantitativo diferente da original e for necessária a adequação dos quantitativos entregues, as unidades excedentes deverão ser entregues sem custo adicional.

5.25. Os produtos contidos em frascos deverão conter lacre de segurança, com as características de rompimento irreversível.

5.26. Os produtos acondicionados em frascos deverão ser acondicionados de forma que se evite a queda e dano dos produtos durante o transporte.

5.27. Visando auxiliar a conferência do quantitativo, o conteúdo interno deve estar organizado.

5.28. Caso não sejam cumpridas as exigências do edital de licitação, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações, sem nenhum ônus para a prefeitura.

5.29. Uma vez emitidas as Notas Fiscais pela empresa, os arquivos xml correspondentes deverão ser encaminhados para os endereços eletrônicos almoxmedicamentos@gmail.com e almoxarifadosmsa.foz@gmail.com





5.30. Não serão recebidos produtos que, após confirmação, no ato da entrega, tenham sido transportados com outros produtos de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada;

5.31. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.32. O recebimento definitivo do objeto deste Edital, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 14.133/2021 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, do item fornecido.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato **ou instrumento equivalente**, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.



6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.





- 6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.
- 6.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.11.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.12.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.13.** A gestão e fiscalização do contrato será realizada pelos servidores:
- 6.13.1. **Gestor do contrato:** Carlos Eduardo Rodrigues Oliveira Santos, matrícula nº: 20.162-03 – SMSA/DIAT
- 6.13.2. **Fiscal técnico:** Aline Renata Hirano, matrícula nº: 18.773-01 – SMSA/DIAT
- 6.13.3. **Fiscal administrativo:** Rosangela Agripino da Silva Martins, matrícula nº: 18.392-01 – SMSA/DIVS

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao objeto deste Termo de Referência;
- 7.2. Rejeitar o recebimento dos itens que não estiverem em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 7.3. Atestar e efetuar o pagamento das faturas correspondentes ao objeto deste Termo de Referência;





7.4. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

7.5. O Município acompanhará a qualidade dos bens adquiridos e as especificações, devendo notificar a autoridade competente do Órgão Gerenciador qualquer ocorrência de irregularidade.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo de todos os itens que integram o escopo de fornecimento;

8.2. Entregar os bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

8.3. Após o 30º (trigésimo) dia de inadimplência na entrega, o contratante terá direito de recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando ao fornecedor a perda de interesse no fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

8.4. O bem, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do objeto licitado;

8.5. A contratada arcará com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução do fornecimento e todos os tributos incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;

8.6. A contratada responderá integralmente por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8.7. A contratada responsabilizar-se-á pelo ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento deste Termo de Referência;

8.8. Deverá apresentar os atestados de procedência sempre que solicitado.



9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

• Recebimento

9.1. O recebimento do objeto CONTRATADO ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens:

9.1.1. **Provisoriamente**, pelo período de 5 (cinco) dias de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.1.2. **Definitivamente**, pelo fiscal e gestor ou por comissão/setor designado pela autoridade competente no prazo de 5 (cinco) dias, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.

9.2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto ou prestado o serviço, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

9.3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.

9.4. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.

9.5. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.6. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do CONTRATADO com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.8. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.

9.9. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:





- 9.9.1. Aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;
- 9.9.2. Serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços ou fornecimento parcelado até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 9.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 9.14. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 9.15. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;





9.16. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.17. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

- **Liquidação**

9.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

9.21. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

9.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.22.1. O prazo de validade;

9.22.2. A data da emissão;

9.22.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.22.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.22.5. O valor a pagar; e

9.22.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, **reiniciando-se o prazo** após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.





9.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.25. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para:

9.25.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

9.25.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.26. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10. DA NOTA DE EMPENHO E NOTA FISCAL

10.1. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho. O prazo para entrega dos bens começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail;

10.2. As notas fiscais deverão ser contempladas em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU sob CNPJ: 76.206.606/0001-40.**

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará





pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

10.4. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser informado os dados bancários da Empresa (banco, agência e conta corrente), terão obrigatoriamente que constar a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção, conforme estabelecido no Decreto nº 31.634 de 31 de julho de 2023.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada (certificada) pelo órgão responsável, as despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias;

11.2. A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

11.3. As notas fiscais deverão conter o nome do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria Adjudicatária.

11.4. Conter o mesmo CNPJ que o constante dos documentos apresentados para a licitação.

11.5. Previamente à realização de todo e qualquer pagamento, será verificada pela Contratante documentação comprovante do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias da Contratada, especialmente no que diz respeito aos seguintes documentos:

11.5.1. Certidão Conjunta Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

11.5.2. Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual – emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

11.5.3. Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal – emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

11.5.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

11.5.5. Comprovante de quitação com débitos decorrentes do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação - FGTS;

11.6. A regularidade de que tratam os subitens acima poderá ser verificada por meio de consulta on-line, cabendo à Adjudicatária a devida atualização no Sistema, ou mediante apresentação de cópia das respectivas certidões.





11.7. A não apresentação das certidões que comprovem a situação de regularidade, quando solicitada pela Justiça Federal por qualquer meio idôneo, caracterizará descumprimento de obrigação acessória.

11.8. Por ocasião do pagamento, poderá haver retenção de crédito referente ao ressarcimento de eventuais danos provocados pela Adjudicatária, correspondentes ao prejuízo sofrido pela Administração ou multas (principais ou acessórias) que porventura vierem a ser aplicadas à Adjudicatária.

12. REAJUSTE DOS VALORES CONTRATUAIS

12.1. Considerando que o contrato será substituído por note de empenho por se tratar de aquisição total imediata, não se aplicam índices de reajuste dos valores contratados, no entanto, caso houver necessidade, aplica-se-á o que segue:

12.1.1. Os valores previstos no presente contrato será reajustado após o transcurso de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta vencedora, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, conforme disposto no art. 239, caput, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

12.1.2. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor da Ata de Registro de Preços, de acordo com o índice e a data-base indicados, sendo formalizado por meio de apostila emitida pela Diretoria de Licitações e Contratos, nos termos do art. 290 do Decreto Municipal nº 32.398/2024;

12.1.3. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos

12.1.4. A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação em caráter emergencial, art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13.2. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, conforme previsto no inc. IV do art. 14, da Lei nº 14.133/2021:





ESTADO DO PARANÁ

“IV. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação”

14. DA NÃO EXCLUSIVIDADE E RESERVA DE COTAS PARA ME/EPP E DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA LOCAL E REGIONAL

14.1. Em razão da natureza excepcional da presente contratação, realizada por dispensa de licitação com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e considerando a urgência decorrente da necessidade imediata de fornecimento de fórmulas nutricionais infantis, indispensáveis à continuidade da assistência à saúde e à proteção de lactentes em situação de vulnerabilidade nutricional, resta juridicamente justificado o afastamento da aplicação dos tratamentos diferenciados previstos na Lei Complementar nº 123/2006, bem como da margem de preferência local e regional prevista no art. 26 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Os institutos da exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, da reserva ou cisão de cotas e da margem de preferência pressupõem a realização de procedimento licitatório competitivo, com julgamento comparativo de propostas, circunstância que não se verifica na contratação emergencial, cuja finalidade precípua é a mitigação imediata de risco de descontinuidade do serviço público essencial.

14.3. Ademais, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 autoriza expressamente o afastamento do tratamento favorecido quando sua aplicação não se revelar vantajosa para a Administração ou puder comprometer o atendimento do interesse público, situação que se configura no presente caso, na medida em que a imposição de tais mecanismos poderia restringir o universo de fornecedores aptos ao pronto atendimento da demanda, ocasionando atraso incompatível com a urgência que caracteriza a emergência.

14.4. De igual modo, a aplicação de margem de preferência local ou regional, de natureza facultativa e condicionada a ato motivado da Administração, mostra-se inadequada ao contexto emergencial, uma vez que a prioridade administrativa recai sobre a obtenção célere do fornecimento necessário, em quantidade e qualidade suficientes, e não sobre a adoção de critérios que ampliem o tempo de resposta ou reduzam a competitividade potencial.

14.5. Ressalte-se que o afastamento ora promovido não configura afronta aos princípios da isonomia, da competitividade ou do tratamento favorecido, mas sim medida excepcional,





proporcional e temporária, diretamente vinculada à urgência da contratação, limitada ao estritamente necessário para assegurar a continuidade do atendimento assistencial, permanecendo a intenção administrativa de promover, em momento oportuno, o devido procedimento licitatório comum, com plena observância das políticas de incentivo às microempresas e empresas de pequeno porte e das preferências legalmente previstas.

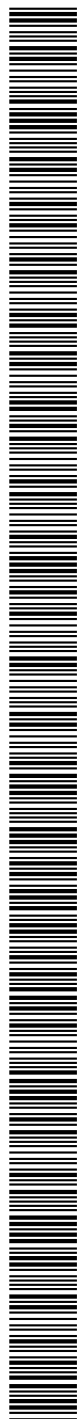
14.6. Em alguns casos, a divisão de cotas pode ser uma estratégia para garantir a participação de empresas menores, no entanto, a fragmentação também pode gerar inconsistências no fornecimento, riscos de descontinuidade e aumento dos custos operacionais com a gestão de múltiplos fornecedores. A cisão de cotas, nesse caso, poderia comprometer a eficiência do processo de aquisição e a padronização dos produtos adquiridos, que se destinam a atendimento de demandas judiciais com especificações de tratamento restritivas.

14.7. Isto posto, e pela necessidade de unicidade de aquisição com fulcro na posterior prestação de contas, evitando dúvidas ou imbrólios, e também, pelo que dispõe a Lei Complementar 123/06, no tocante à cota reservada para microempresa e empresa de pequeno porte, verifica-se exceção no caso em apreço.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 63.687,60 (sessenta e três mil e seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na Tabela 1 - DESCRITIVOS E VALORES UNITÁRIOS.

15.2. Os valores de referência foram adquiridos utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da ING 65/2021– SEGES/ME e o disposto na legislação municipal (Decreto Municipal nº 32.397/2024 e Decreto Municipal nº 32.398/2024): contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório e sistemas oficiais de governo, como Compras.GOV, Banco de Preços Negócios Públicos BPSNP e BPS SIASG, observado o índice de atualização de preços correspondente com IPCA, quando necessário.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu



ESTADO DO PARANÁ

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE*
10.001.10.301.0320	2210	339032	1303
10.001.10.306.0320	2196	339032	1002
10.001.10.305.0320	2208	339032	1497
*Fonte atual e outra que possivelmente vier a substituí-la			

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Foz do Iguaçu, 27 de janeiro de 2026.

Datado e assinado digitalmente

Elaborado por:

Bárbara Alana Pereira Seuchuco

Farmacêutico Junior – Apoio Técnico Administrativo I

Aprovado por:

Barbara de Andrade Alves Dornelles

Diretoria de Atenção Primária em Saúde

Fábio de Mello

Secretário Municipal de Saúde

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

25 / 25



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**

Número: **620/2026**

Assunto: **TR - COMPRA EMERGENCIAL DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=61e7032d-6b68-4813-9efa-1dd0e4dae75e>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

61e7032d-6b68-4813-9efa-1dd0e4dae75e

Hash do Documento

7CDC259FB956BADC81B3CA707AFA004563EF1465683B6C46730D32F0FB237EFD

Anexos

3. TERMO DE REFERENCIA.pdf - **b0b71e9d-7c8b-461e-89ca-84e24f2b22d6**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/01/2026 é(são) :

Barbara Alana Pereira Seuchuco (Signatário) - CPF: ***57560940** em 27/01/2026 8:59:22 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

BARBARA DE ANDRADE ALVES DORNELLES (Signatário) - CPF: ***19104981** em 27/01/2026 9:56:38 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FABIO DE MELLO (Signatário) - CPF: ***34638984** em 27/01/2026 9:02:55 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

